

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.617.952 - MS (2016/0203616-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JORGE RUY OTANO DA ROSA - MS003868
ANTENOR MINDÃO PEDROSO E OUTRO(S) - MS009794
MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA - DF027904
EMBARGADO : RICARDO TRAD FILHO
ADVOGADO : RICARDO TRAD FILHO (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO -
MS007285
INTERES. : HENRIQUE AFONSO CASARIN E OUTROS

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos pelo Banco do Brasil S.A. contra decisão de lavra deste signatário, cuja ementa é a seguinte (e-STJ, fl. 850):

RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FATO SUPERVENIENTE. EXPRESSA MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. NULIDADE AFASTADA. AUSÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS POR DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. CARÁTER INTERLOCUTÓRIO IRRELEVANTE ANTE O TEOR CONDENATÓRIO DA DECISÃO. PRECEDENTES DO STJ. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÃO. AFASTAMENTO DE PRECLUSÃO. TESES IRRELEVANTES APÓS A REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS PELO STJ. FATO SUPERVENIENTE E VIOLAÇÃO AO ART. 462 DO CPC/1973. AFASTADO. REDUÇÃO DO VALOR POR DECISÃO DO STJ QUE DEVE SER INFORMADA À PRIMEIRA INSTÂNCIA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. REANÁLISE DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. COMPENSAÇÃO ENTRE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DÉBITO DAS PARTES. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE IDENTIDADE ENTRE

CREDORES E DEVEDORES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

Alega que a decisão embargada é obscura, pois deixou de reconhecer a negativa de prestação jurisdicional do Tribunal de origem, embora a redução dos honorários por decisão do STJ devesse ter sido considerada por aquele como fato superveniente. Pugna seja sanada a omissão.

O embargado apresentou impugnação pela rejeição dos embargos de declaração e aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

É o relatório. Decido.

Não procede a apontada obscuridade.

Segundo o embargante, a decisão é obscura porque não reconheceu que o acórdão recorrido viola os arts. 458, II, § 1º, 515 e 535 do CPC/1973, pois não levou em consideração a redução do valor executado. Todavia, a mesma decisão embargada deixou de analisar as teses recursais sobre a redução dos honorários, em razão da anterior redução, declarando ser suficiente a informação do novo valor à primeira instância. A obscuridade, portanto, decorre do reconhecimento dos efeitos da decisão que reduziu os honorários advocatícios apenas para a primeira instância, sem que o Tribunal de origem deva considerá-la ao decidir sobre a liquidez do título executivo.

Contudo, não há obscuridade, como bem demonstra o resgate cronológico dos eventos processuais.

Em 12/02/2015, foi publicada decisão monocrática de lavra deste signatário, acolhendo a preliminar do recurso especial do ora embargante e determinando que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul sanasse a omissão quanto à existência e validade do título executivo.

O Tribunal de origem, observando a decisão desta relatoria, analisou a questão e concluiu que a execução está fundada em título executivo judicial válido, conforme acórdão publicado em 26/11/2015.

Na oportunidade, o Tribunal estadual fez a seguinte consideração sobre a decisão anterior deste STJ reduzindo o valor dos honorários advocatícios (e-STJ, fls. 685-687- sem grifos no original):

Na hipótese sob julgamento, como dito acima, o título executivo advém de decisão proferida, em 03/08/2004, nos autos da execução de título extrajudicial promovida pelo banco, ora embargante (feito nº 005.93.010083-8), que fixou, a favor do embargado, honorários sucumbenciais, no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor corrigido do feito executivo, em razão da extinção deste por nulidade (f. 208-210), face a sentença prolatada em ação de indenização (feito nº 005.02.061384-3) promovida pelos executados e apensa àquele feito executivo (f.145-155), confirmada neste aspecto por este Tribunal (f. 137-144).

Sem se olvidar que o valor do título executivo judicial, representado pela referida decisão interlocutória, proferida no feito executivo nº 005.93.010083-8, sofreu drástica redução em seu montante (reduzido para R\$5.000,00), por determinação do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 814.115/MS, fato é que a própria Corte Superior, manifestou-se, naquela oportunidade, sobre a validade da citada decisão, para respaldar o pleito executivo, conforme se infere da respectiva ementa:

Processo civil. Execução. Embargos opostos pelo executado cujo o pedido foi julgado improcedente. Prosseguimento do processo executivo.

Posterior propositura, pelo executado, de ação autônoma, mediante a qual s obteve sucesso em demonstrar a nulidade do título executivo. Conseqüente extinção da execução. Honorários fixados. Pretensão a que também na execução eles sejam fixados, favoravelmente ao executado. Possibilidade. Redução do respectivo montante. - Não se conhece de recurso especial se não foram ventiladas, pelo acórdão recorrido, as normas cuja violação foi alegada pelo recorrente. Súmulas 282 e 356/STF. - Não tendo sido abordado, no recurso especial, o paradoxo representado pelo julgamento de improcedência dos embargos e a fixação -05 de honorários favoravelmente ao devedor na execução posteriormente extinta, a matéria não pode ser apreciada sob essa ótica pelo STJ. - Possibilidade de fixação de honorários advocatícios em virtude da extinção de execução por força do julgamento de procedência de ação autônoma de impugnação. Redução do respectivo montante. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (REsp 814.115/MS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe 05/12/2008) Destaquei.

Neste norte, sobretudo diante da determinação da Corte Superior (f.579-583), a fim de que este Sodalício manifeste-se sobre a alegada omissão deduzida em sede de embargos de declaração opostos pelo banco (f. 419-423), passo a tecer fundamentos quanto à existência de pressupostos para constituição e desenvolvimento válido deste feito executivo.

Isto porque, não obstante os argumentos da instituição financeira, no sentido de que referido decisum não se qualifica como título executivo, melhor sorte não lhe socorre, vez que, ao contrário do alegado, diante do reconhecimento da inexigibilidade do título que lastreava o feito executivo nº 005.93.010083-8, por decisão proferida em ação ordinária pelos executados, devida é a imposição dos ônus sucumbenciais ao banco, a favor do advogado dos executados.

Assim, verifica-se que a decisão executada neste feito estampa verdadeiro título executivo que representa obrigação certa, líquida e exigível, sendo, por isso, inoportuna a alegação de que a presente execução é nula, por ofensa aos arts. 586 e 618 do CPC.

Até mesmo porque, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça *Algumas decisões, proferidas no seio do procedimento de execução, ainda que aduzidas de forma incidente, e não por meio de embargos do devedor, decidem a lide e, por isso, seus efeitos podem ser acobertados pelo manto da coisa julgada.* (REsp 1057808/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/08/2009, ale 09/09/2009).

Do trecho acima reproduzido é possível extrair duas conclusões importantes:

- i) O Tribunal estadual deveria se manifestar sobre a existência e validade de título executivo;
- ii) O Tribunal não deixou de considerar a decisão que reduziu o valor executado, pois fez expressa menção à ela, inclusive para corroborar a existência e validade do título.

O recorrente embargou o acórdão proferido pela Corte de origem, insistindo que havia contradição e omissão no acórdão, pois deixou de considerar a decisão de redução dos honorários, sendo este fato novo descartado.

Primeiramente, quando opostos os tais embargos, em 01/12/2015, conforme fl. 690 (e-STJ), a redução do valor dos honorários advocatícios, que estão em execução, nem sequer poderia ser considerada um fato novo, já que decorreu da decisão do Recurso Especial n. 814.115/MS, publicada em 05/12/2008. Outrossim, conforme demonstra o trecho acima apontado, tal fato não foi ignorado pelo Tribunal de origem, que concluiu que a redução do valor executado não interfere na existência e na validade do título.

Sobre a questão, a decisão ora embargada foi bastante clara, inclusive ao

verificar que não houve negativa da prestação jurisdicional pela Corte de origem, porque os embargos que lhe foram opostos continham tese inovadora e intuito apenas infrigente.

A propósito (e-STJ, fls. 853-854):

O recorrente sustenta, preliminarmente, a nulidade do acórdão por violação dos arts. 151, 458, II, § 1º e 535 do CPC/1973, afirmando que, ao não se manifestar sobre o excesso de execução, mesmo com a redução do valor dos honorários pelo STJ, o Tribunal a quo não entregou a prestação jurisdicional.

Todavia, percebo que o Tribunal de origem não foi omisso sobre a questão, tendo inclusive se referido à decisão do STJ no Recurso Especial n.814.115/MS, na passagem a seguir transcrita:

Sem se olvidar que o valor do título executivo judicial, representado pela referida decisão interlocutória, proferida no feito executivo nº 005.93.010083-8, sofreu drástica redução em seu montante (reduzido para R\$5.000,00), por determinação do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 814.115/MS, fato é que a própria Corte Superior, manifestou-se, naquela oportunidade, sobre a validade da citada decisão, para respaldar o pleito executivo, conforme se infere da respectiva ementa:

Processo civil. Execução. Embargos opostos pelo executado cujo o pedido foi julgado improcedente. Prosseguimento do processo executivo. Posterior propositura, pelo executado, de ação autônoma, mediante a qual se obteve sucesso em demonstrar a nulidade do título executivo. Consequente extinção da execução.

Honorários fixados. Pretensão a que também na execução eles sejam fixados, favoravelmente ao executado. Possibilidade. Redução do respectivo montante. - Não se conhece de recurso especial se não foram ventiladas, pelo órgão acórdão recorrido, as normas cuja violação foi alegada pelo recorrente. Súmulas 282 e 356/STF. - Não tendo sido abordado, no recurso especial, o paradoxo representado pelo julgamento de improcedência dos embargos e a fixação -05 de honorários favoravelmente ao devedor na execução posteriormente c%) extinta, a matéria não pode ser apreciada sob essa ótica pelo STJ. - Possibilidade de fixação de honorários advocatícios em virtude da extinção de execução por força do julgamento de procedência de ação autônoma de impugnação. Redução do respectivo montante. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (REsp 814.115/MS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe 05/12/2008) Destaqueei." (e-STJ, fls. 685-686)

Superior Tribunal de Justiça

Não há portanto omissão, mas apenas inconformismo do recorrente. Outrossim, o Tribunal de origem fora provocado para se manifestar sobre a existência ou não de título executivo, e não sobre o valor dos honorários e possível excesso. O recorrente, portanto, inovou na argumentação dos embargos, de modo que sua rejeição não configura negativa de prestação jurisdicional.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator